

TRADUÇÃO LEIGA: Van De Mieroop, M. – “Urban government: king, citizens, an officials”. In: _____. *The ancient Mesopotamian city*. Oxford: Oxford University Press, 1999 (p. 118-141).

6

Governo Urbano: Rei, Cidadãos, e Oficiais

Toda comunidade requer uma organização governamental, um meio pelo qual interações sociais possam ser reguladas. A complexidade de uma organização como tal depende grandemente do tamanho e da diversidade da comunidade, e a cidade, por definição apresenta um alto grau de ambas: por necessidade, então, existia uma estrutura dentro da cidade mesopotâmica com poderes governamentais. Nós podemos reconhecer dois polos nas relações de poder na cidade mesopotâmica: de um lado estavam o rei e as instituições públicas que sustentavam seu reinado, do outro os cidadãos que detinha alguns *mal-descritos* poderes. Mediando o contato entre os dois polos havia um grupo de oficiais. Estes três elementos, coroa, cidadãos, e oficialato, todos tinham seu papel no governo urbano. O relacionamento entre coroa e cidadãos variou no decorrer do tempo, e dependia da situação política geral. A minha proposta é que o poder e independência dos cidadãos aumentou com o passar do tempo na história mesopotâmica, ao invés do inverso, como vem sendo sugerido.

O rei sempre foi tido como o poder político na sociedade mesopotâmica, ou até como o único elemento na sociedade com qualquer tipo de poder político. Finley afirmou que o debate político não existia no antigo Oriente Próximo, em razão do fato de que a discussão de políticas por cidadãos ou conselheiros reais não era nem aberta nem definitiva, o rei tomava todas as decisões sozinho, permitindo somente alguma influência de seus cortesãos. Finley chamou o sistema de “governo por antecâmara”¹ (tradução livre, original: *government by antechamber*). Isso é com certeza um exagero inspirado pelos estereótipos orientalistas, tendo em vista que traços vagos de debate político dentro da corte são visíveis na “literatura de agouro” (tradução livre, original: *omen literature*) e

¹ M. I. Finley, ‘Politics’, em M. I. Finley (ed.), *The Legacy of Greece: A New Appraisal* (Oxford, 1981), 22-36.

em alguma literatura historiográfica². Ainda assim, todas as decisões de natureza política conhecidas por nós foram de fato promulgadas pelo rei que em nenhum momento reconhecia influência de seus cidadãos no assunto. Em relação à seus poderes nós temos que distinguir, apesar, entre seu papel como líder ‘nacional’ e como chefe da organização palaciana, sua própria “casa” (pensa tipo Game of Thrones, tradução livre, original: *household*). Como líder nacional ele era o rei de todos os súditos de seu Estado, seja este uma única cidade ou um vasto império. Tais súditos possuíam grande variedade em seu status. Ele incluía aquelas pessoas dependentes do palácio, grupo a ser discutido aqui. Mas ele também incluía membros do vilarejo e comunidades tribais e muitos moradores da cidade, que não eram parte da organização palaciana, para quem o poder do rei era absoluto, mas talvez limitado a certos aspectos restritos de sua vida cotidiana. Um rei mesopotâmico possuía obrigações para com seus súditos, comparadas nas fontes antigas àquelas de um pastor para com seu rebanho. Ele devia garantir que eles fossem alimentados e protegidos de seus inimigos. O rei liderava na guerra, garantia a fertilidade da terra através da construção e manutenção de canais de irrigação, providenciava justiça, e desviava a ira divina da direção de seu povo ao promover o culto. Seu poder nestes assuntos era aparentemente ilimitado. Em retorno à essa proteção e cuidado, os súditos deveriam providenciar ao rei duas coisas: eles deveriam pagar os impostos e dedicar serviços, seja na agricultura ou na guerra. O rei reconhecia a influência dos deuses, que tinham o selecionado para reinar (tradução livre, original: *kingship*) ou o inspirado para o estabelecimento da justiça na terra, e parecia que ele nunca levava em consideração a opinião de seu povo. Mas as áreas de governo que ele controlava eram limitadas a políticas gerais, a respeito de segurança, de culto, e das condições da agricultura. Elas excluía os detalhes que eram importantes no dia a dia de um cidadão.

Alguns poderiam dizer que certos reis, como o famoso Hammurabi, eram interessados em “assuntos ordinários” (tradução livre, original: *trivia*), de modo que foram taxados como “reis populares”³ (tradução livre, original: *petty rulers*). O rei era sim envolvido nas questões cotidianas de alguns de seus súditos, mas isso não fazia parte de seu papel como líder nacional. Ele era o chefe da organização palaciana, que em certas ocasiões poderia ser extensiva, incorporando grande parte da população. Nesse papel, ele

² Veja Mario Liverani, ‘Model and Actualization: the Kings of Akkad in the Historical Tradition’, em M. Liverani (ed.), *Akkad: The First World Empire* (Padua, 1993), 52.

³ Veja e.g. C. J. Gadd, ‘Hammurabi and the End of his Dynasty’, *The Cambridge Ancient History*, 3rd edn. 2: 1 (Cambridge, 1973), 184-7.

era como um *pater familias*, um dentre os muitos chefes de casas. Ele cuidava dos detalhes das vidas de seus dependentes, e dessa forma ele estava envolvido com o que pode parecer para nós questões populares. Porém as casas não afiliadas existiam ao lado da casa palaciana e muitos dos cidadãos urbanos não dependiam da coroa. Em relação a esses cidadãos a influência da coroa era limitada, e eles retinham liberdade substancial no tocante de suas vidas cotidianas.

Em suporte de seu papel como líder nacional o rei podia se apoiar em uma elaborada organização palaciana que providenciava à ele administradores e guerreiros. Palácios estavam entre as construções de mais prestígio de todas as cidades mesopotâmicas, e o setor palaciano era muitas vezes de grande proeminência na sociedade. Em certos momentos os templos também formaram grande parte da fundação ideológica dos reinados, mas esse relacionamento com a coroa não se manteve constante durante toda a história mesopotâmica. Como organização política o templo precisa ser entendido de forma separada ao palácio. De todo modo, da metade do primeiro milênio em diante, templos se tornaram o baluarte do poder dos cidadãos na cidade babilônica.

Como os cidadãos não ligados ao palácio organizavam seu próprio governo? Esta questão só pode ser estudada em relação aos cidadãos urbanos, uma vez que os membros das comunidades de vilarejos e tribos se encontram praticamente ausentes do registro escrito. Quando tentamos estudar a questão do governo urbano em detalhes, somos confrontados com uma severa falta de informações. Estudiosos usaram suas imaginações para completar os detalhes, e a validade de suas reconstruções não pode nem ser confirmada, nem negada. A falta de evidências não é resultado de acidentes de recuperação, mas sim da natureza da documentação escrita em geral e do caráter da representação política dentre os cidadãos. Como afirmei anteriormente, os registros mesopotâmicos focam primariamente na transferência de propriedade. Nenhuma transferência desse tipo aconteceu entre os cidadãos e seu governo. As cidades provavelmente não detinham o poder de impor taxas, tendo em vista que tais impostos teriam sido registrados. Ainda assim, a estrutura governamental é revelada por referências em contratos privados que atribuem a transação descrita à decisão do governo, assim como referências à ações governamentais em cartas privadas, e afirmações nos chamados “códigos de lei” sobre os deveres dos oficiais. Esses dados são quase todos de natureza jurídica. As cortes frequentemente forçavam a transferência de propriedade entre dois cidadãos, e tais transferências e suas justificativas eram registradas de forma escrita.

A base de um estudo do papel do cidadão no governo, em geral, vai então necessariamente ser a organização jurídica. Ela demonstra certos padrões no processo de tomada de decisão que possivelmente podem ser expandidos para outras áreas de governo também. Porém a disponibilidade de documentação não permite a afirmação ou negação de se foi esse o caso. Por exemplo, vemos frequentemente que cortes de justiça decidiam disputas de terra, o que indica que os cidadãos aceitavam as decisões de um corpo governante. Mas, podemos também extrapolar dessa observação que os cidadãos também se submetiam à uma autoridade mais alta em outros aspectos da vida? Tal conclusão não pode ser alcançada com base na evidência disponível, e se torna uma questão de intuição acadêmica.

Como indiquei no capítulo anterior, a cidade mesopotâmica era entendida como uma unidade, porém com várias subdivisões internas. As cidades eram geograficamente divididas em bairros, elas continham várias associações profissionais, como as de artesãos particulares ou de mercadores, e diversas comunidades internacionais eram permitidas a manter identidades separadas. Juridicamente, a cidade inteira e cada uma de suas subdivisões tinha uma corte própria, que eram referidas como “assembleias”. Textos de toda a história mesopotâmica mostram a existência dessas assembleias e de sua atividade como cortes da lei. Um mesopotâmico parece ter tido o direito básico de ser julgado por seus pares e seus iguais, e esse princípio parece ter sido levado tão longe que quando cidadãos de duas cidades diferentes se envolviam em disputas legais, juizes de ambas as cidades precisavam estar presentes. Os casos eram julgados em público, seja diante de toda a cidade ou apenas de uma de suas subdivisões. O estudo da instituição das assembleias é complicado pelo fato de que na língua acadiana, como no inglês, o termo para assembleia, *puhrum*, se refere tanto a uma assembleia institucionalizada, quanto a uma reunião informal de um grupo de pessoas. Quando o Código de Hammurabi diz que um juiz que altera um veredicto é removido de sua posição (parágrafo quinto), isso pode ser interpretado tanto quanto uma expulsão da assembleia, como quanto uma punição diante o público. Não existem documentos que descrevem as atividades da assembleia institucionalizada em detalhe, e somos confrontados com muitas questões sobre a composição, os procedimentos, e as áreas de competência dessas instituições.

A primeira dificuldade é determinar quem se sentava na assembleia. Estudiosos que se debruçaram sobre o assunto tendem a afirmar que o direito de participação costumava se restringir a “cidadãos homens livres”, apesar dos termos livre e cidadão não

poderem ser definidos facilmente. Obviamente, a comparação com as assembleias gregas clássicas influenciaram essa visão. A evidência referente a quais indivíduos detinham o direito de participação nas discussões da assembleia é muito vaga. O registro sobrevivente de um julgamento de homicídio, datado do início do segundo milênio, é uma exceção. O documento foi encontrado em várias cópias no quarteirão dos escribas de Nippur, e era usado provavelmente como texto-exercício no ensino de terminologia legal. Porém, não existe motivo para não o considerar reflexo de um caso real;

Nanna-sig, filho de Lu-sin, Ku-Enlila, filho de Ku-Nanna o barbeiro, e Enlil-ennam, escravo de Adda-kalla, o jardineiro, mataram Lu-Inanna, filho de Lugal-urudu, o sacerdote. Quando Lu-Inanna, filho de Lugal-urudu estava morto, eles venderam a esposa de Lu-Inanna, Nin-dada, filha de Lu-Ninurta, uma vez que seu marido havia sido morto. Nin-dada, filha de Lu-Ninurta, não abriu sua boca, a cobriu.

O caso deles foi levado a Isin perante o rei. Rei Ur-Ninurta ordenou que o caso fosse decidido pela assembleia de Nippur.

Ur-Gula, filho de Lugal-ibila, Dudu o caçador-de-pássaros, Ali-ellati o “cidadão comum” (tradução livre, original: commoner), Puzu, filho de Lu-Sin, Eluti, filho de Tizkar-Ea, Sheshkalla o ceramista, Lugalkam o jardineiro, Lugal-azida, filho de Sin-andul, e Sheshkalla, filho de Shara-HAR disseram <para a assembleia>: ‘Eles mataram um homem, portanto não são homens vivos. Os três homens e a mulher devem ser mortos perante a cadeira de Lu-Inanna, filho de Lugal-urudu, o sacerdote.’

Shuqalilum, o soldado de Ninurta, e Ubar-Sin o jardineiro disseram <para a assembleia>: ‘Nin-dada, filha de Lu-Ninurta, matou seu marido? A mulher, o que ela fez para que seja executada?’

A assembleia de Nippur respondeu como segue: ‘O inimigo de um homem pode saber que uma mulher não valoriza seu marido e pode matar seu marido. Ela ouviu que seu marido havia sido morto, então por qual razão se manteve em silêncio sobre ele? Foi ela quem o matou, sua culpa é maior do que aquela do homem que matou ele’

Na assembleia de Nippur, depois do caso ter sido resolvido, Nanna-sig, filho de Lu-Sin, Ju-Enlita, filho de Ku-Nanna, o barbeiro, Enlil-ennam, escravo de Adda-kalla, o jardineiro, e Nin-dada, filha de Lu-Ninurta, esposa de Lu-Inanna, foram entregues para execução. Veredicto da assembleia de Nippur.⁴

O texto mostra algumas das profissões de alguns dos homens que falaram na assembleia: um caçador de pássaros, um ceramista, dois jardineiros, e um soldado. O nome de Ali-ellati é seguido da descrição de que ele é um cidadão comum, *muskenum* em acadiano⁵, aparentemente indicando seu status social ao invés de sua profissão. A

⁴ Thorkild Jacobsen, ‘An Ancient Mesopotamian Trial for Homicide’, *Analecta Biblica* 12 (1959), 134-6; trans. After J. N. Postgate, *Early Mesopotamia* (London and New York, 1992), 278.

⁵ Sobre esse enigmático termo e um levantamento das interpretações publicadas, veja F. R. Kraus, *Von Mesopotamischen Menschen der altbabylonischer Zeit und seiner Welt* (Mededelingen der Koninklijke

designação profissional não tem outra função a não ser identificar os homens envolvidos; muitas vezes o patronímico era usado no lugar. Mas ela é altamente informativa para nós. Ela mostra que uma grande variedade de profissões não só tinha o direito, mas também o tempo de participar das assembleias. Nenhum traço de elitismo é aparente: muitos dos homens eram trabalhadores manuais, enquanto um era um soldado em serviço do templo do deus Ninurta. O fato de que eles aqui aparecem como participantes em um debate a certa de um homicídio levanta diversas questões. Onde eles arranjavam o tempo para participar? Na Atenas clássica, por exemplo, somente cidadãos ricos, donos de terras tinham o tempo para participar dos debates das assembleias. Pagamentos nominais eram entregues aos juris e, a partir do quarto século, aos participantes em geral também. Eram os mesopotâmicos recompensados de maneira similar? Nos parece improvável, porém impossível de determinar. Se não havia compensação financeira, pode nos parecer que os encontros eram raros ou que a participação era casual, porém nada disso é claro para nós.

Uma fonte totalmente diferente de informação sobre as assembleias na história da antiga Mesopotâmia é a composição literária suméria de Gilgamesh e Agga. Apesar do conto nos ser apresentado como relato histórico de um combate real, nos é claro que se trata de uma representação literária dos conceitos de conflito e resolução. Os manuscritos preservados dessa composição datam do início do segundo milênio, mas o texto provavelmente foi composto no final do terceiro milênio. Ele descreve uma situação de crise confrontando a cidade em que reinava Gilgamesh. As tropas da cidade de Kish cercavam Uruk e o rei precisava decidir se iria confrontá-los ou não. Ele consultou duas assembleias: uma delas se tratava dos “anciões da cidade” e a outra dos “homens da cidade”. As duas providenciaram respostas opostas, os anciões optaram pela rendição, os homens da cidade pela luta. Será que Gilgamesh recorreu à assembleia dos homens da cidade em razão de ter recebido dos anciões um conselho do qual não gostou? Poderia o conjunto dos homens passar por cima da decisão dos anciões? Era comum costume ao rei consultar ambas as assembleias? O texto não apresenta respostas a tais questões. De qualquer modo, ele parece indicar que existiam dois corpos separados de cidadãos em atividade: a elite, restrita aos anciões, e um conjunto dos homens, mais geral⁶.

Nederlandse Akademie van Wetenschappen, afd. Letterkunde, N.R. Deel 36, No. 6; Amsterdam e Londres, 1973), 95-117.

⁶ Dina Katz, ‘Gilgamesh and Akka: Was Uruk Ruled by Two Assemblies?’ *Revue d’assyriologie et d’archéologie orientale* 81 (1987), 105-14, sugere que a assembleia dos homens da cidade era de fato ficção literária, enquanto a assembleia dos anciões tinha validade histórica. Eu não enxergo base para tal conclusão.

Similarmente, para as colônias assírias na Anatólia do início do segundo milênio, a distinção entre “grande” e “pequeno” homem era atestada. Porém, na cidade mãe, Assur, tal diferenciação não existia. Tal discrepância foi interpretada como indicação de que os “pequenos homens” eram excluídos das assembleias nas grandes cidades, porém isso é mera suposição.

Ambos os termos “anciões” e “homens” aparecem também em outros contextos, porém sua interpretação é muito difícil. “Anciões”, *ab.ba* em sumério, *sibutum* em acadiano, parece se referir a um seletto conjunto de homens dentro de diversas comunidades, como cidades, tribos, templos e hierarquias palacianas. Eles normalmente são entendidos como sendo os chefes das famílias, sendo sua influência um resquício de práticas tribais, e sua proeminência em textos do início do segundo milênio associada com a chegada dos oeste-semíticos amoritas no final do terceiro milênio e início do segundo milênio⁷. Porém essa interpretação depende inteiramente do não comprovado modelo de gradual sedentarização dos nômades na história mesopotâmica, e não explica o recorrente aparecimento de “anciões” em textos datados de antes do segundo milênio. Na administração de Ur III altos oficiais podiam ser designados “anciões” como forma de diferenciação com o oficialato comum⁸, e com certeza nenhum vestígio tribal pode ser associado a essa prática específica. Então uma interpretação desses homens como “elite” ou “alto ranking” parece mais apropriada do que como chefes de família. Esses “anciões” não compunham a totalidade da assembleia, de forma que muitos contextos falam em “os anciões e a assembleia”. Sua relação exata com a assembleia é difícil de delimitar, porém. Provavelmente eles agiam como um comitê executivo interno, e eles determinavam quais assuntos seriam considerados pelo grupo total.

A palavra suméria para “homem da cidade”, *gurus* no texto de Gilgamesh, é também vaga demais para nos permitir determinar que tipo de pessoa compunha o grupo. O termo muitas vezes se refere à dependentes do palácio no terceiro milênio, e se essa fosse a interpretação correta da palavra para esse contexto, ela negaria a interpretação de que a assembleia seria um corpo independente, representante dos cidadãos. O mesmo termo pode ser usado para se referir a “homens saudáveis” (tradução livre, original: *ablebodied man*) em geral, e esse foi provavelmente o significado pretendido no contexto

⁷ H. Kluge. ‘Zu den *sibutum* in altbabylonischer Zeit’, *Orientalia* 29 (1960), 357-75.

⁸ Veja e.g a conta de grãos G. Reisner, *Tempelurkunden aus Tellok* (Berlin, 1901), n. 111, onde *ab.ba.ab.ba* são diferenciados de supervisores de homens do arado e trabalhadores comuns.

da assembleia. Se alguma restrição existia em relação a quais homens poderiam fazer parte da assembleia, mais uma vez não é claro. O episódio de Gilgamesh também não é claro no que tange a quantidade de homens que se sentavam na assembleia de Uruk.

A questão referente a possibilidade da presença de mulheres na assembleia é normalmente ou ignorada totalmente pelos estudiosos, ou então simplesmente se assume de que era impossível. Nenhuma das evidências apontadas anteriormente faz menção a tal possibilidade, porém isso também pode ser resultado do caráter obscuro dos dados. Um agouro babilônico do início do segundo milênio contém a afirmação de que “uma mulher revelará os negócios da assembleia”⁹. Isso pode indicar que ela estava presente durante a discussão, porém, obviamente, a mulher poderia também perfeitamente ter se informado por outros meios. A questão da participação feminina nas assembleias deve então permanecer sem resposta.

As assembleias que eu discuti até aqui parecem ter representado cidades inteiras, porém as subdivisões das cidades possuíam organizações similares. As guardas cidadinas (tradução livre, original: *city wards*) tinham autoridade legal e é claro que os habitantes se reuniam em determinados momentos para tomar decisões. Por exemplo, no Código de Hammurabi a guarda cidadina teve que determinar se uma mulher havia permanecido casta após iniciar os procedimentos de divórcio (parágrafo 142), ou poderia notificar um homem de que seu animal representava perigo público (parágrafo 251). Como nas representações de cidades inteiras, também aqui não somos informados a respeito da participação, da competência, e dos procedimentos de reunião dos habitantes do quarteirão. Outras subdivisões da cidade, como as associações de artesãos ou mercadores, também tinham suas reuniões e se pronunciavam com uma só voz. Assembleias não eram limitadas aos mesopotâmios nativos: no quinto século, nós encontramos evidências de assembleias de egípcios e outros estrangeiros na Babilônia. Nós não sabemos qual o quórum mínimo para se formar uma assembleia, mas o direito a reunião parece ter sido irrestrito.

O registro de julgamento de homicídio apresentado a cima é interessante pois mostra alguns dos procedimentos da assembleia. O caso foi referenciado a esta corte pelo rei. Textos similares do início do segundo milênio afirmam que a assembleia foi

⁹ Veja André Finet em *La vaix de l'opposition em Mésopotamie* (Brussels, 1973), 18.

convocada pelo rei¹⁰, um dado que nos faz questionar a independência da assembleia no período. Não parece ter havido debate acerca da culpa dos três assassinos, mas somente a respeito da responsabilidade da esposa da vítima, que não revelou que seu marido havia sido morto. Nove homens argumentaram que ela era culpada de assassinato, enquanto dois a defenderam. O texto está estruturado de modo a nos fazer achar que estamos escutando as falas de ambos os grupos, porém deve ser uma representação fictícia da discussão, uma vez que todos os acusadores e todos os defensores falam em uníssono. Finalmente, a assembleia completa profere o veredicto contra a mulher e o registro nos informa que ela e os assassinos foram entregues ao executor.

Da colônia mercantil assíria de Kamish, na Anatólia, nós temos três extremamente pouco usuais, mas também muito fragmentários, textos que originalmente poderiam ter contido instruções de como aquela assembleia deveria considerar uma ação legal. A reconstrução do procedimento continua sendo extremamente hipotética em razão da péssima condição dos documentos. Nos parece que uma ação legal foi inicialmente considerada pelo conselho dos “grandes homens” para determinar se ela deveria ser dispensada ou passada adianta para a consideração da assembleia completa.

Sem (o consentimento de) a maioria dos grandes homens um único “homem de contagem” não pode pedir ao secretário que convoque a assembleia dos grandes e pequenos homens. Se o secretário convocar a assembleia dos grandes e pequenos homens, sem (o consentimento dos) o grande homem, à pedido de uma só pessoa, o secretário pagará 10 shekels de prata¹¹.

Aparentemente o conselho era dividido em três grupos a fim de facilitar as deliberações. Quando a maioria estava a favor de considerar o caso, o secretário era ordenado a convocar a assembleia completa. Essa assembleia pode ter sido dividida em sete grupos. Suas decisões dependiam de uma maioria também. Nós não sabemos como era definida a opinião da maioria. Votos eram lançados? Se sim, como? Mais informações sobre os procedimentos da assembleia não são oferecidas, a não ser que levemos em consideração as descrições literárias dos encontros dos deuses. Estes encontros divinos revelam pouca evidência de discussão, exceto quando se limitavam a um pequeno encontro de deuses proeminentes, que realmente debatiam o assunto em questão. Já foi

¹⁰ Veja Stephen J. Lieberman, ‘Nippur: City of Decisions’, em Maria de Jolg Ellis (ed.), *Nippur at the Centennial* (Philadelphia, 1992), 132.

¹¹ Ferris J. Stephens, ‘The Cappadocian Tablets in the University of Pennsylvania Museum’, *Journal of the Society of Oriental Research* 11 (1927), 122 n. 19, II. 6-14, trans. After Mogens Trolle Larsen, *The Old Assyrian City-State* (Copenhagen 1976), 284.

afirmado que os procedimentos da assembleia eram secretos. Essa conclusão foi baseada no agouro supracitado, porém tal caráter parece improvável para mim. Os procedimentos não eram escritos pois eles eram de pouca importância. Somente o veredicto final era considerado de importância suficiente para registro.

O participante da assembleia claramente alcançava notoriedade pública, e estava exposto à humilhação nas mãos de seus companheiros cidadãos. Medo disto é expresso em preces aos deuses:

Não me abandone, meu senhor, para a assembleia onde estão muitos que querem meu mal.

Não deixe que me machuquem na assembleia.¹²

No famoso poema do “Rightous Sufferer” a derrocada da personagem central inclui o fato de que “meu escravo me amaldiçoou abertamente na assembleia (do povo simples)”¹³. Pode ficar a impressão de que a intriga era lugar comum nas assembleias e que o bom nome de um cidadão poderia ser destruído por fofocas, mesmo aquelas de um escravo.

As áreas de competência da assembleia são mais uma vez um assunto de discussão muito difícil. Quase todos os registros de que temos lidam com decisões legais. As assembleias, tanto a da cidade quanto a do quarteirão, agiam como cortes da lei, lado a lado com aquelas compostas por juízes apontados pelo rei. No julgamento de homicídio supracitado, o rei atribuiu o caso à assembleia, mas é longe de ser claro se ele fazia isso com todos os casos. Os casos tratados eram quase sempre de natureza civil, porém vez ou outra casos criminais eram tratados também. Temos um registro da metade do primeiro milênio, por exemplo, descrevendo como uma assembleia em Uruk examinou as circunstâncias de uma tentativa de assassinato contra o comissário real do templo de Eanna. Nesse caso a assembleia se restringiu à investigação preliminar, ao passo que a sentença ficou sob a responsabilidade dos juízes reais. Casos civis geralmente envolviam disputa de propriedade, divórcio, e outras situações onde o stress primária se encontra no fato de que propriedade precisava ser transferida de um indivíduo ao outro, de acordo com a decisão da corte. De forma que, não deve ser surpresa que são esses os casos que predominam em nossos registros.

¹² Trad. Alasdair Livingston, *Court Poetry and Literary Miscellanea* (Helsinki, 1989), 30-2, reverse II, 11 and 13, citado com permissão.

¹³ Trad. Por Benjamin R. Foster, *From Distant Days* (Bethesda, 1995), 301 l. 89, citado com permissão.

Era a assembleia responsável por outras questões? Uma única carta da correspondência entre a velha Assíria e a colônia na Anatólia, datada do começo do segundo milênio, sugere que sim. A carta contém uma ordem da cidade de Assur para a colônia, exigindo a contribuição de fundos para a construção de fortificações¹⁴. Na correspondência da velha Assíria em geral “a cidade” e “a assembleia” são usados como sinônimos, sugerindo que uma quantidade considerável de poder era atribuída à assembleia, comparável à situação da Grécia clássica. Alguns estudiosos otimistas então sugeriram que as áreas de atuação da assembleia englobavam a totalidade do governo urbano. Simplesmente não existe informação suficiente para afirmar ou negar essa visão, na minha opinião. Jacobsen até afirmou que a assembleia originalmente tinha o poder de conceder ou revogar o “direito de reinado” (tradução livre, original: *kingship*), afirmação que investigarei abaixo.

A imagem que então temos da assembleia é instigante, mas ao mesmo tempo bastante vaga. Podemos ver nela uma reunião de cidadãos discutindo tópicos dos mais diversos, indo de ações legais até a seleção de líderes. Participação pode ser vista como um ato de prestígio público, mas também como uma maneira de se expor à intriga e ao mal dizer. Obviamente não existe nada de surpreendente nisso, uma vez que o comportamento público é sempre julgado pelos outros. Mas era a assembleia um espaço onde homens e mulheres de ambição, talvez somente homens, buscavam conquistar notoriedade pública? Se envolviam os participantes em debates usando suas habilidades retóricas para convencer os demais da justiça de suas opiniões? Isso tudo permanece aberto a especulações, uma vez que nenhuma informação contrário ou favorável nos é disponível.

O palácio e o corpo dos cidadãos formavam dois grupos políticos distintos na cidade mesopotâmica. Canais de comunicação entre os dois eram necessários, e tal responsabilidade recai sobre uma diversidade de oficiais. O estudo desses oficiais é, mais uma vez, muito difícil, tendo em vista o grande número de títulos que encontramos e o caráter vago dos deveres que cada um possuía. Somos surpreendidos por um número maçante de títulos quando nos debruçamos sobre a administração urbana. Por exemplo, em seu estudo da cidade de Sippar no começo do segundo milênio, Rivkah Harris menciona o prefeito, o presidente da assembleia (tradução livre, original: *chairman of the*

¹⁴ Veja Larsen, *Old Assyrian City-State*, 163.

assembly), o responsável pelos mercadores, o governador, o *rabi sikkatim* (acad.), o *sussikku* (acad.), o *sakkanakku* (acad.), o guarda do portão, e o porteiro. Ela mesma nota que “oficiais detendo uma variedade perturbadora de títulos aparecem como administradores chefes”¹⁵.

É virtualmente impossível determinar as responsabilidades da maioria dos oficiais com precisão, como alguns exemplos tornarão claro. Dois oficiais que aparentemente possuíam importantes papéis no governo da cidade mesopotâmica eram o presidente da assembleia e o prefeito. O primeiro, o presidente da assembleia, deve seu título em inglês a designação suméria, *gal.ukken.na*, que literalmente traduz para “o grande da assembleia”, uma expressão que continuou a ser usada mesmo quando os textos passaram a ser escritos em acadiano. Ele raramente aparece nas fontes, porém, em conexão com a assembleia. Ao invés, ele parece ter dito a autoridade para reter pessoas presas, e de servir como intermédio entre o palácio e os cidadãos. Desse modo, alguns estudiosos passaram a acreditar que a referência à assembleia em seu título era sem conseqüências, e que ele não possuía relação nenhuma com a instituição.

Outro título acadiano comum, *rabianum*, possuía pouca semelhança com a nossa ideia moderna de prefeito, apesar de geralmente traduzirmos o termo acadiano de tal maneira. Em Sippar o *rabianum* aparecia como presidente da corte e como testemunha. Em respeito a esta segunda prerrogativa, ele sempre aparecia como o primeiro nome da lista, o que parece indicar sua proeminência. De acordo com o Código de Hammurabi, o *rabianum*, junto “da cidade”, era responsável por levar à justiça roubos que acontecessem dentro território de sua cidade (parágrafos 23-4), indicando que ele seria um alto oficial, mas sem revelar muito sobre suas outras funções. Em documentos da velha Babilônia, o *rabianum* muitas vezes aparecia como um intermediário na contratação de trabalhadores de lavoura. Nos parece que ele agia como intermediário entre o palácio e a população cidadina que trabalhava na terra. Mais de um *rabianum* podia funcionar em uma cidade ao mesmo tempo, provavelmente em razão de cada guarda cidadina ter o seu. Um texto babilônico recentemente escavado, e infelizmente ainda não publicado totalmente, providencia uma visão menos estereotípica do *rabianum*. Em Haradum, um posto avançado babilônico no Eufrates, alguns tabletes foram escavados na casa do prefeito, no

¹⁵ Rivkah Harris, *Ancient Sippar: A Demographic Study of an Old Babylonian City (1894-1595 B.C)* (Istanbul, 1975), 57-86.

centro da cidade. O prefeito, Habasanu, parece ter desviado alguns dos fundos que seus cidadãos haviam pago.

A respeito da prata, que Habasuna durante sua vigência como prefeito fez a cidade pagar, a cidade inteira se reuniu e proferiu tais termos à Habasuna: “Da prata que nos fez pagar, grande quantia permaneceu em sua casa, da mesma forma que as ovelhas que demos junto como presentes voluntários”¹⁶.

Esse texto sugere que o prefeito coletava os pagamentos de seus cidadãos, afim de transferi-los a uma autoridade mais elevada, mas que ele havia se omitido de executar a segunda parte. Ainda assim, apesar das várias menções à *rabianum* na documentação da velha Babilônia, nós podemos afirmar muito pouco com certeza sobre o cargo.

O título não sobreviveu ao final da dinastia da velha Babilônia, porém uma autoridade menor, o *hazannum* (acad.), parece ter assumido seus deveres, e a tradução “prefeito” é normalmente usada para se referir a esse termo quando ele aparece em textos escritos após 1500. Uma única carta, datada da metade do segundo milênio, encontrada no norte da cidade de Nuzi, descreve os deveres desse cargo em detalhe. É uma carta do rei de Arrapha para o prefeito de Tashuhhe:

Então disse o prefeito de Tashuhhe: “O rei proferia uma ordem como segue: ‘Todo prefeito é responsável pelo território periférico de sua cidade, e se existe uma fortificação nos arredores de sua cidade, ele também é responsável por ela. No espaço de sua cidade não deve existir roubo, nem inimigos assassinando <peessoas>, nem pilhagem. Se acontecer de existir roubo, ou inimigos pilhando ou matando <peessoas> dentro do território da cidade, o prefeito deve pagar pelos danos. Se um fugitivo de Arrapha fugir de um território de sua cidade e entrar em outra terra, o prefeito deve pagar pelos danos. E se uma fortificação dentro de seu território for abandonada, o prefeito deve pagar pelos danos’”¹⁷.

As responsabilidades deste homem não eram então restritas aos limites de sua cidade, mas sim se estendiam para as regiões do arredor. Ele parece ter sido o responsável pessoal pelos crimes que ocorriam em seu território, e de alguma maneira deveria prevenir a fuga de “refugiados” da área. Mais ainda, ele deveria se certificar que pequenas ocupações fortificadas ao redor da cidade fossem ocupadas. Da mesma forma, parece ter sido sua obrigação arcar com os danos a partir de seu próprio bolso, o cargo deve ter sido acompanhado de recompensas monetárias para que valesse a pena.

¹⁶ Francis Joannès, ‘Haradum et le pays de Suhum’, *Archéologie* 205 (1985), 58.

¹⁷ Ernest R. Lacheman, *Excavations at Nuzi 6: The Administrative Archives* (Cambridge, Mass., 1955), n. 1; trans. After A. Leo Oppenheim *et al.*, *The Assyrian Dictionary* 6, H (Chicago, 1956), 164-5

Um singular, não oficial, vislumbre do status do prefeito na cidade é oferecido por um “conto popular” (tradução livre, original: *folk-tale*) babilônico do primeiro milênio, “O Homem Pobre de Nippur”¹⁸. O conto relata sobre um homem pobre, Gimil-Ninurta, que de tão cansado da falta de comida decente, resolve gastar todas as suas economias em uma cabra, afim de cozinhar para si uma refeição de alto nível. Porém, ele então repara que não teria como organizar um banquete digno para seus vizinhos, família, e amigos, e que dessa forma ele incitaria a fúria deles se não convidasse a todos. Então, ele decide ir até o prefeito de Nippur para oferecer ao homem a cabra, na esperança de que fosse convidado para o banquete do oficial. Mas, ao invés, o prefeito guardou para si a boa carne e deu a Gimil-Ninurta os ossos e demais restos, junto de cerveja de baixa qualidade. O homem pobre decide então se vingar. A primeira peça que prega no prefeito nos dá uma noção do papel daquele homem na cidade. Gimil-Ninurta vai até o rei e, sem explicação, pede para ser vestido como um cavalheiro com roupas caras e uma carruagem, em troca de um futuro pagamento em ouro. Ele carrega uma caixa selada em sua carruagem e parte para Nippur onde se encontra com o prefeito.

Ele fo[i até] o portão do prefeito de Nippur,

O prefeito saiu para encontra-lo,

“Quem é você, meu senhor, que viajou tão tar[de no dia]?”

“O rei, seu senhor, me enviou, para []

“Eu trouxe ouro para Ekur, templo de Enlil.”

O prefeito abateu uma bela ovelha para fazer uma generosa refeição para ele¹⁹.

No meio da noite Gimil-Ninurta gritou que a caixa havia sido aberta e o ouro roubado, esbravejou contra o prefeito e exigiu pagamento em ouro e roupas caras.

O texto indica que o prefeito era o representante da cidade responsável por receber e entreter emissários reais em missão oficial. Também mostra mais uma vez que ele era o responsável pelos roubos em seu território. Obviamente isso não nos diz muito sobre seus afazeres cotidianos. Ainda assim, seu status na cidade parece claro: ele agia como o intermediário entre o palácio e os cidadãos. Muitos dos oficiais que encontramos nos textos também tinham esse papel. Os contatos entre as comunidades cidadinas e a coroa

¹⁸ Para a tradução, para o inglês, mais recente desse conto, usada aqui, veja Foster, *From Distant Days*, 357-62.

¹⁹ Trad. Ibid. 359, citada com permissão.

eram mediados por indivíduos agindo como representantes. Essa prática não se restringia às cidades, tribos nômades também eram representadas por seus sheikhs em seus contatos com a coroa.

Não é claro quem era o responsável pela escolha desses representantes. Hipóteses de que eles ficavam no cargo somente durante um ano, e de que eram anciões da cidade, selecionados por seus iguais, se mostraram falsas. Em períodos tardios prefeitos parecem ter sido escolhidos pelo rei; mas estava o rei apenas validando uma decisão comunal, ou ele realmente realizava a escolha sozinho? O conceito de uma alta autoridade realizando seus contatos com segmentos da comunidade através de indivíduos representantes era aplicada também em outros níveis da hierarquia do governo urbano. As subdivisões da cidade, citadas anteriormente, detinham o direito de discutir questões em suas próprias assembleias, e de se expressar com uma só voz em seus contatos com autoridades maiores. Esses contatos eram mediados por um representante, seja ele eleito pelo povo ou apontado pelo rei. Desse modo o prefeito pode ter se consultado com representantes de diversos segmentos da cidade, ao mesmo tempo em que agia como representante da cidade como um todo, em seus contatos com o rei. Quando o palácio demandava serviço comunitário de seus súditos, era responsabilidade do prefeito reunir a população; ele provavelmente dependia dos representantes de cada quarteirão para encontrar cada trabalhador individual. As únicas pessoas que escapavam a esse sistema eram os chamados refugiados, que eram ou novos chegados estrangeiros, ou pessoas que haviam fugido de sua unidade social por qualquer motivo que seja. O prefeito era responsável por eles como indivíduos.

A hierarquia de pessoas representando segmentos da população explica, na minha opinião, a falta de dados sobre o governo urbano. Esse governo era uma organização bastante descentralizada. Muitas responsabilidades, como a questão sanitária, policiamento, ou a regulamentação de casamentos e divórcios, não eram administradas pelo poder central, mas pelas subdivisões das cidades. Como os problemas eram lidados em um nível altamente pessoal e em grupos de tamanhos restritos, eles não eram registrados de forma escrita. Somente quando uma decisão acarretava transferência de propriedade era necessário o registro, o que explica a predominância das questões legais do governo urbano em nossa documentação.

Apesar da habilidade dos cidadãos de se reunir e debater questões de seu interesse, eles não tinham como garantia o direito de tomar decisões que fossem contrárias à

vontade do rei, que detinha poderes aparentemente absolutos. Os poderes relativos dos cidadãos e do rei muito provavelmente variavam de acordo com a natureza do Estado, e essas variações obviamente afetavam o processo de tomada de decisão no que concerne às questões urbanas. A relação entre os cidadãos e o rei quando as cidades-Estado eram o padrão provavelmente era bem diferente daquela de quando a cidade era apenas uma parte ínfima de um império que cobria a maior parte do Próximo Oriente. É a minha opinião que, com a progressiva expansão territorial das unidades políticas na Mesopotâmia, as cidades e seus representantes ganharam cada vez maior independência política e influência. Tal ideia vai na contramão da visão atualmente predominante de que a história mesopotâmica evoluiu de “democracias primitivas” para Estados totalitários liderados por reis todo-poderosos.

O conceito de “democracia primitiva” foi desenvolvido faz uns cinquenta anos por Thorkild Jacobsen. Observando a existência de assembleias com poderes jurídicos no início do segundo milênio na Assíria e Babilônia, Jacobsen buscou determinar se elas eram a reminiscência de uma tradição antiga ou a indicação de alguma novidade. Ele descartou a segunda hipótese uma vez que o movimento da vida política e do pensamento mesopotâmico caminharam na direção contrária, no decorrer dos períodos históricos. Nós não encontramos nenhum sinal de desenvolvimento de ideias democráticas²⁰. Ele então decidiu que as assembleias deveriam ser uma instituição antiga. Ele acreditava que elas deveriam inclusive preceder a instauração da monarquia secular na Mesopotâmia.

Com base primariamente em material literário do segundo milênio, Jacobsen construiu uma figura quase bíblica da ascensão da monarquia no terceiro milênio. Após um período em que as assembleias elegiam líderes militares em tempos de crise, um período de “democracia primitiva”, esse poder foi usurpado por um líder eleito que então forçou a população a nomeá-lo rei pelo resto da vida. Essa evolução é um paralelo perfeito com a ascensão da monarquia no livro de Samuel, na Bíblia. Lá, o último juiz, Saul, se recusou a abrir mão de seus poderes seculares, e desse modo introduziu a monarquia aos israelitas. Jacobsen nunca deixa claro esse paralelismo, talvez pois na Mesopotâmia a monarquia era vista como um benefício à humanidade, enquanto a Bíblia sempre mantém uma forte atitude anti-realeza.

²⁰ Thorkild Jacobsen, ‘Primitive Democracy’, *Journal of Near Eastern Studies* 2 (1943), 165.

A reconstrução de Jacobsen se baseou fortemente em um texto literário babilônico, normalmente chamado de “Épico de Criação”. O texto foi aparentemente composto no século doze e celebrava a ascensão ao posto de rei do universo de Marduk, o deus da Babilônia. Quando os deuses se viram ameaçados de aniquilação por Tiamat, irada pelo assassinato de seu marido Apsu, o sábio Ea incentivou seu filho favorito Marduk a combater a ameaça. Marduk ofereceu seus serviços sob a condição de receber em troca poder supremo. Os deuses decidiram por acatar, durante uma assembleia, que mais era um banquete com vinho e cerveja ilimitados do que um debate sério sobre o problema em mãos, e Marduk foi coroado rei antes de enfrentar Tiamat. Depois da vitória ele organizou o universo e, finalmente, ordenou a construção da Babilônia como recompensa. Os eventos descritos não são exatamente a usurpação de poderes temporários por um líder eleito, mas o central para a tese de Jacobsen é que Marduk foi originalmente eleito rei pela assembleia dos deuses. Combinando isso com informação de outras peças literárias, Jacobsen imaginou a existência na antiga Mesopotâmia de uma assembleia popular com extensos poderes, inclusive o direito de eleger um rei. Próximo da metade do terceiro milênio os poderes da assembleia já haveriam sido amplamente restringidos por reis vitalícios, de acordo com Jacobsen, e a subsequente história da Mesopotâmia mostraria um crescente totalitarismo. Imperadores como Assurbanipal, que reinou sobre uma área que ia do Irã ao Egito, não tinham nenhuma necessidade de se consultar com seus cidadãos.

Deixando de lado a questão das origens da monarquia, difícil de estudar devido à falta de documentação contemporânea, o pano de fundo geral da argumentação de Jacobsen é que os originais e vastos poderes dos cidadãos foram erodidos e substituídos pelo governo absoluto de um só. Ainda que Jacobsen nunca tenha indicado estar ciente disso, sua reconstrução se assemelha ao modelo marxista onde acreditasse que o modo de produção comunal foi substituído pelo modo de produção escravista; de uma sociedade onde a comunidade era de extrema importância, para uma onde um rei despótico dominava. Essa discussão foi enquadrada em um contexto de reconhecida dicotomia entre o palácio e a comunidade, uma dicotomia que não leva em conta cidadãos individuais como membros de casas individuais.

Podemos realmente enxergar uma evolução de uma “democracia primitiva” para uma monarquia absoluta no registro mesopotâmico? Acredito que não, e ao invés gostaria de postular o contrário: ao mesmo tempo em que o território governado pelo rei

mesopotâmico se tornou cada vez maior e a população mais diversa, o corpo urbano de cidadãos ganhou importância em seu relacionamento com o rei. No lugar de buscar indícios vagos de poder cidadão nos registros do terceiro milênio, é mais proveitoso estudar o status dos residentes urbanos no primeiro milênio, contexto em que os registros são bem mais abundantes. Podemos ver que a esses residentes é permitido um alto grau de independência, especialmente isenções de impostos reais, corveia, e deveres militares, que eram as principais áreas de interação entre o rei e seus súditos. Ainda, a integridade física dos cidadãos era garantida, e seu sangue não podia ser derramado pelo rei ou seus representantes. A liberdade em relação à taxaço e aos serviços era vista como resultado de proteção divina sobre a cidade, indicada pela palavra acadiana *kidinnu*, uma segurança de garantia divina que era provavelmente simbolizada por um emblema exposto em algum lugar privilegiado da cidade. Nós temos uma lista de declarações de reis assírios onde eles dizem que renovariam ou então ofereciam esse status à diversas cidades. Os beneficiários eram em sua maioria antigos centros de culto da Babilônia: Babilônia, Borsippa, Nippur, Sippar e Uruk. Na Assíria a velha capital e centro de culto, Assur, normalmente recebia esse status, e Harran era ocasionalmente mencionada. Um rei estendeu esses benefícios a cidades da região de Urartu, na Anatólia, mas essa parecia ter sido uma ocorrência especial.

Essa proteção era levada muito seriamente: o exemplo mais ilustrativo é talvez o encontrado em uma carta escrita pela assembleia da Babilônia para o rei assírio Assurbanipal e seu irmão Shamash-shuma-ukin, que era o rei da Babilônia. Na carta os cidadãos requisitavam que a proteção concedida a eles fosse estendida a todos os residentes da cidade, inclusive os de origem estrangeira. Eles aludiam a uma afirmação anterior do rei, que dizia que “qualquer um que entrar na Babilônia tem assegurada sua proteção permanente ... Até mesmo um cachorro que entrar não será morto.”²¹ Um texto preambular assírio da primeira metade do primeiro milênio, “The Advice to a Prince”, frisa bem a importância da manutenção da proteção concedida às cidades babilônicas. Ele diz, por exemplo,

Se <o príncipe> tomou dinheiro dos cidadãos da Babilônia e se apropriou <dele> pra <sua própria> propriedade, <ou> ouviu um caso envolvendo babilônicos e o deixou de lado alegando trivialidade, Marduk, senhor do céu e da terra, vai fazer suceder seus inimigos sobre ele e concederá suas posses e

²¹ Robert H. Pfeiffer, *State Letters of Assyria* (American Oriental Series 6; New Haven, 1935), n. 62, II. 9 e 11.

propriedade ao seu adversário ... Se ele chamar à Sippar, Nippur, e Babilônia para impor trabalho forçado às suas pessoas, requisitando delas serviço através da voz do recrutador, Marduk, sábio dos deuses, príncipe deliberativo, vai entregar sua terra a seus inimigos para que as tropas de sua terra realizem trabalho forçado para seus inimigos. Anu, Enlil, e Ea, os grandes deuses que habitam o céu e a terra, confirmaram em sua assembleia a exceção dessas <pessoas dessas obrigações>.²²

A importância dessas garantias de status especial na política Assíria foi reconhecida já faz tempo. Cidades eram usadas pelos reis assírios como uma espécie de postos avançados de sua influência em meio a regiões muitas vezes hostis, incluindo inimigos desde o Egito até as tribos de caldeus dos pântanos do sul do Iraque. O isolamento dos centros urbanos em território pouco protegido é claramente visível em uma carta de um oficial de Nippur para o rei assírio Esarhaddon: “O rei sabe que todos os povos nos odeiam por causa da terra assíria. Nós não podemos colocar o pé em nenhuma terra. Aonde quer que acabemos indo, seremos mortos, enquanto pessoas dizem ‘Por qual razão você se submeteu à Assíria?’ De modo que agora trancamos nossos portões e não saímos de maneira alguma.”²³ Os reis assírios precisavam manter bons contatos urbanos, especialmente com as cidades da Babilônia, a fim de assegurar seu domínio sobre a região. Eles precisavam negociar com os cidadãos, e não podiam simplesmente impor sua vontade sobre eles, como mostra claramente esta carta escrita para o rei Tiglath-Pileser III por dois de seus oficiais:

No vigésimo oitavo nós viemos para a Babilônia. Nós paramos diante o portão de Marduk <e> falamos com o *homem* da Babilônia. X, servo de Mukinzer, o caldeu estava ao seu lado. Quando eles saíram eles estavam de pé diante do portão com os babilônios. Nós dissemos o seguinte aos babilônios: “Por qual razão são hostis a nós em nome deles? O lugar deles é com os membros das tribos dos caldeus [] Babilônia de fato se mostra favorável a um caldeu! Seu privilégio (*kidinnutu*) foi firmemente estabelecido”. Eu continuei debatendo com os babilônios: nós usamos muitos argumentos com eles. Os Cinco e os Dez estavam presentes. Eles não concordaram em vir para fora, eles não concordaram em conversar conosco: eles <só> continuaram enviando mensagens a nós ...²⁴

O status de privilégio de algumas cidades indica o poder do corpo urbano de cidadãos em geral; isso não é contradito pelo fato de que somente um pequeno número de cidades na Babilônia aparecem na documentação como tendo recebido a isenção de pagamento de impostos e serviços. Nós precisamos ter em mente que a Babilônia do início do primeiro milênio era esparsamente urbanizada, e que poucas cidades, além das

²² Trad. Foster, *From Distant Days*, 391-2, citado com permissão.

²³ Pfeiffer, *State Letters*, n.123, II. 11-20.

²⁴ ND 2632 II. H. W. F. Saggs, ‘The Nimrud Letters, 1952 – Part I’, *Iraq* 17 (1955), 23.

mencionadas pelos reis assírios, existiam na época²⁵. O fato de que poucas cidades assírias recebiam os privilégios é reflexo do fato de que a Assíria em si estava seguramente nas mãos de seus governantes. Mas a situação na Babilônia era diferente: em razão de sua distância em relação a pátria mãe assíria, e de seus arredores rebeldes, os assírios precisavam de postos avançados onde a fidelidade da população estaria assegurada. Estes eram as cidades antigas, que recebiam privilégios especiais como forma de compensação.

O status especial de cidadãos não era uma novidade no primeiro milênio e nem acabou quando o império Assírio colapsou. Da metade do segundo milênio em diante, a proteção divina de residentes de certos centros urbanos é registrada, e o uso do termo acadiano *kidinnu* coincide com o crescimento do estado territorial na Mesopotâmia. Com o fim do império Assírio no final do século sétimo, a instituição do *kidinnu* desapareceu, exceto por o que parece ter sido um reavivamento nostálgico no reinado de Nabonidus (555-539) – mas isso não quer dizer que os líderes se sentiam seguros o suficiente para ignorar as populações urbanas. Os governantes da dinastia neo-babilônica (625-539) não se exibiam em suas inscrições falando sobre suas longínquas e bem-sucedidas campanhas estrangeiras, mas sim comemoravam o fato de terem restaurado templos em sua terra natal. Esse tipo de trabalho não era realizado por razões meramente de fé, mas sim para fazer com que os reis caíssem nas graças das populações locais. Naquele tempo, a organização templária e o corpo cidadão podiam ser entendidos como mais ou menos a mesma coisa. As famílias proeminentes das cidades babilônicas dividiam os cargos templários entre si, e lucravam abundantemente a partir dos ganhos do templo. Elas expressavam suas opiniões em poderosas assembleias templárias. Como afirmou Dandamaev, “uma característica marcante daquelas cidades era o autogoverno através de livres e legalmente iguais membros da sociedade unidos em assembleias populares (*puhru*) em torno do principal templo da cidade”²⁶.

O tratamento privilegiado de governantes não acabou quando a Mesopotâmia perdeu sua independência para governantes do Iraque e da Grécia. Os reis helenísticos respeitaram os direitos das cidades babilônicas, e as isentaram do pagamento de impostos e serviços, ao mesmo tempo em que as permitiram dar continuidade a práticas

²⁵ Sobre o baixo nível de urbanização, veja J. A. Brinkman, *Prelude to Empire: Babylonian Society and Politics, 746-626 B.C.* (Philadelphia, 1984), 3-10. Brinkman propõe, porém, que áreas fora do núcleo inicial da Babilônia possuíam nível maior de urbanização. B. Landsberger, *Archiv fur Orientforschung* 10 (1935-6), 142, sugere que as cidades citadas eram representativas da Babilônia em geral.

²⁶ Muhammed A. Dandamaev, “Neo-Babylonian Society and Economy”, *The Cambridge Ancient History*, 2 ed. 3: 2 (Cambridge, 1991), 252-3.

administrativas babilônicas. O templo continuou a ocupar espaço central na administração da cidade. Supervisão real era feita através de oficiais diversos. Isso não deve ser entendido como a introdução da *polis* grega no sistema mesopotâmico, mas pode ser explicado como a continuação e intensificação de práticas antigas, de raízes que se estendiam por séculos. A cidade selêucida era uma comunidade autônoma, centrada ao redor de um templo onde a maioria dos cidadãos principais detinha seus postos, e com um corpo de autogoverno, a assembleia. Poder real era absoluto em questão de importância nacional, mas ele não interferia com os problemas diários da vida cotidiana.

Não pode ser negado que antes da metade do segundo milênio, cidades podiam ter sido tratadas com respeito especial pelos reis. Mas antes desse tempo a cidade era em realidade o Estado, e a organização palaciana era mais presente no contexto urbano. Controle da população e das questões urbanas era muito mais simples sob essas condições. Mesmo quando o governante de uma cidade-Estado temporariamente controlava outras cidades, o sistema de governo do palácio local não era abandonado. Governadores, ao invés de governantes independentes, continuavam a cumprir o papel de chefes da organização palaciana local, com estreitos laços com o corpo de cidadãos. Que “alianças urbanas” (tradução livre, original: *urban favor*) precisavam ser compradas de tempos em tempos é atestado pelo exemplo do rei Ishme-Dagan de Isin (1953-1935), que afirma ter livrado os habitantes de Nippur dos impostos e serviço militar. Porém a prática era muito menos comum do que nos séculos posteriores, quando se tornou uma necessidade para os governantes buscar o tempo todo estar em termos favoráveis com os residentes urbanos. No primeiro milênio os impérios da Assíria e da Babilônia eram tão grandes em extensão e tão diversos em natureza, com inúmeras tribos independentes e incontroláveis, até mesmo no coração da Mesopotâmia, que os governantes precisavam das cidades como pilares de seu controle na área. Era necessário obter o apoio da população urbana para poder efetivar políticas de governo sobre os elementos não urbanos. A fim de aplacar as cidades, os reis as presenteavam com diversos direitos.

Quando nós tentamos responder à pergunta de quem governava a antiga cidade mesopotâmica, eu penso que podemos dizer que o corpo de cidadãos estava no controle, na maior parte dos casos. Cidadãos possuíam algumas obrigações para com o rei – primariamente pagando impostos, trabalho de corveia, e serviço militar – mas para o resto, eles eram em geral não perturbados. Representantes dos cidadãos se prestavam ao papel de embaixadores do rei: eles providenciavam os vitais contatos e assumiam boa

parte das responsabilidades quando as coisas não ocorriam como deveriam. Eles podem ter sido eleitos por seus iguais ou designados pelo palácio. O poder e a independência do corpo de cidadãos parecem ter crescido com o passar dos séculos, junto do aumento em tamanho das unidades políticas da Mesopotâmia. Obviamente, essa não foi uma progressão simples, de tempos em tempos líderes devem ter tentado sufocar a liberdade urbana, mas uma tendência geral em direção à maior autonomia dos cidadãos é visível. O palácio matinha uma postura de “não intervenção” (tradução livre, original: *hands-off*) e não se envolvia com as questões urbanas. Esse tipo de situação não é único na história do Oriente Médio. Os imperadores otomanos também usaram estratégias similares no trato com seus súditos urbanos²⁷. Por um lado, isso ajudou a preservar os direitos dos cidadãos livres, por outro facilitou transações entre o Estado e seus súditos. Essa ausência de intromissão resultou, porém, na falha em registrar questões de governo urbano. Um estudioso dos tempos modernos exposto a extremas interferências governamentais no seu dia a dia pode acabar clamando por esse tipo de independência, mas ela claramente não ajuda na busca por um vislumbre de como era a vida cotidiana na antiga Mesopotâmia.

²⁷ Veja Abraham Marcus, *The Middle East on the Eve of Modernity* (New York, 1989), 76-7.